

# Estrutura e distribuição espacial do **trabalho formal e informal** no **turismo** do **Brasil**: contributos geográficos ao **planejamento turístico** regional brasileiro

PAULO FERNANDO MELIANI \* [ paulomeliani@uesc.br ]

**Resumo** | Este estudo se insere no contexto da importância econômica do turismo, notadamente seu elevado potencial de criação de empregos, em contraste com a precarização que prevalece nas relações de trabalho na prestação de serviços turísticos. A pesquisa permitiu identificar, analisar e representar, em gráficos e mapas, a estrutura e a distribuição espacial do trabalho formal e informal no turismo do Brasil, em escala nacional, regional e estadual, a partir de estimativas de ocupados, formais e informais, feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Brasil. Constatamos que há uma prevalência da informalidade nas relações de trabalho da maioria dos ocupados no turismo, apesar da informalidade ser mais importante no Norte e Nordeste, justamente as regiões menos desenvolvidas do país. Os serviços de “Transportes”, “Alimentação” e “Alojamento” são os que empregam o maior contingente de trabalhadores no turismo do Brasil, mas apenas nos serviços de “Alojamento” e de “Aluguel de Transportes” é que as taxas de formalidade no emprego são superiores a 50%. As conclusões deste estudo, e suas reflexões, constituem-se em contributos geográficos ao planejamento turístico regional brasileiro, por reconhecer lugares, regiões e setores de serviços turísticos onde ações prioritárias possam produzir um turismo que realmente traga desenvolvimento econômico e social aos destinos turísticos.

**Palavras-chave** | Turismo, Trabalho, Informalidade, Planejamento, Brasil.

**Abstract** | This study fits into the context of the economic importance of tourism, especially its high potential for job creation, in contrast to the prevailing insecurity in labour relations in the provision of tourist services. The research allowed to identify, analyse and represent, in graphs and maps, the structure and spatial distribution of formal and informal work in tourism in Brazil, at national, regional and state scales, from estimates of formal and informal employed done by the Brazilian Institute of Applied Economic Research (IPEA). It was found that there is a prevalence of informality in the labour relations of the majority of employed in tourism, notwithstanding the informality is more important in the North and Northeast, fairly the developed regions of the country. The services of “Transport”, “Food” and “Accommodation” are those that employ the majority of workers in tourism in Brazil, but only in the services of “Accommodation” and “Rent Transportation” the rates of formality in employment are higher than 50%. The findings of this study, and its reflections, are geographical contributions to the Brazilian regional tourism planning, by the recognition of places, regions and sectors of tourism services where priority actions can produce a tourism that actually brings economic and social development to the destinations.

**Keywords** | Tourism, Work, Informality, Planning, Brazil.

\* **Doutor em Geografia** pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/Brasil), **Professor Adjunto** de Geografia Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/Bahia/Brasil).

## 1. Introdução

Em tempos de incertezas, o turismo se apresenta como alternativa para governos e empresas enfrentarem situações de crise econômica, em função de sua rede integrada de serviços exigentes de trabalho intensivo, ou seja, pelo elevado potencial de criação de empregos que tem a economia do turismo. Mesmo com os impactes da atual crise financeira, o número de chegadas de turistas tem crescido em todo o mundo, particularmente em alguns países em desenvolvimento onde os impactes recessivos têm sido menos importantes. Em 2010, a economia mundial do turismo se recuperou mais do que o esperado após a crise financeira de 2008 e a recessão econômica de 2009, atingindo 940 milhões de chegadas internacionais, um aumento de 6,6% em relação a 2009 (UNWTO, 2011).

De acordo com este relatório da Organização Mundial de Turismo - OMT, a grande maioria dos destinos turísticos relatou aumentos positivos entre 2009 e 2010 (muitas vezes de dois dígitos), suficientes para compensar prejuízos anteriores ou aproximá-los de suas metas, em processos de recuperação distintos: mais rápidos nas economias em desenvolvimento (8% em média) e mais lentos nas economias avançadas (5% em média). No Brasil, segundo o Ministério do Turismo (MTur, 2011), entre 2009 e 2010, houve um aumento de 7,47% no número de chegadas de turistas internacionais: foram 5,1 milhões em 2010 contra 4,8 milhões em 2009.

A contribuição da economia do turismo para o Produto Interno Bruto (PIB) Mundial é estimada em torno de 5%, enquanto a contribuição para o emprego é estimada entre 6 e 7% do número total de postos mundiais de trabalho, considerando as ocupações diretas e indiretas ligadas ao turismo (UNWTO, 2011). De acordo com a OMT, a contribuição da economia do turismo nos PIBs nacionais varia de aproximadamente 2% em países onde o turismo é comparativamente um pequeno setor, até mais de 10% em países onde o turismo é um importante pilar econômico. No Brasil, segundo o World Econo-

mic Forum (WEF, 2009), a contribuição da economia do turismo no PIB nacional foi de aproximadamente 2,5% em 2008, o mesmo percentual em relação ao número de empregos gerados pelos serviços turísticos do país naquele ano: cerca de 2,2 milhões de trabalhadores.

De acordo com Meliani e Gomes (2010), o trabalhador prestador de serviços turísticos, além de ser de fato o indivíduo que se relaciona diretamente com o turista, é a pessoa que toma todas as providências necessárias para a efetivação de uma experiência positiva dos visitantes nos destinos. Em todos os momentos da estada de um turista, um trabalhador é quem faz a mediação entre a empresa prestadora de serviços e o cliente, muitas vezes tendo que falar diferentes idiomas, sempre procurando relacionar-se de maneira cordial e eficiente. Mais do que o responsável pela prestação do serviço, o trabalhador do turismo é o representante da empresa, muitas vezes da cultura local, além de ser a pessoa que indica sítios e orienta direções aos visitantes.

Apesar de sua importância estratégica para governos e empresas, o trabalho no turismo apresenta um caráter de desvalorização e precariedade que, segundo Meliani (2011), trás consigo uma série de custos sociais aos lugares (como perda de arrecadação pública) e aos trabalhadores (como a ausência de direitos legais, distanciamento da cidadania e alienação do trabalho e do espaço). Preferível ao desemprego, que provoca maior exclusão social, a informalidade não é a situação mais adequada, entretanto sua contrapartida – o reconhecimento social da importância do trabalho para o turismo – indica às iniciativas públicas e privadas a relevância de se valorizar o trabalhador, investindo na sua qualificação, elevando seu salário, contratando-o formalmente e garantindo-lhe proteção social.

Este estudo teve por objetivo identificar, descrever e analisar a estrutura e distribuição espacial do trabalho no turismo do Brasil, reconhecendo características geográficas que sirvam como contributos para o planejamento turístico regional brasileiro. A partir de um banco de dados disponibilizado pelo

Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2007), analisamos estimativas de trabalho formal e informal no turismo do Brasil, apresentadas em categorias denominadas “Atividades Características do Turismo” (ACTs), que agrupam os serviços comumente prestados a turistas<sup>1</sup>. Disponibilizados em escala nacional, regional e estadual, os dados quantitativos de ocupados estimados no turismo foram analisados em percentuais, descritos e estão demonstrados através de figuras (gráficos e mapas) e quadros. Os mapas que apresentamos foram elaborados no *software* livre “*Philcarto*”<sup>2</sup> utilizando-nos de métodos de mapeamento e utilização de variáveis visuais adequadas à representação, de acordo com Archela e Théry (2008):

- (a) Mapa de círculos proporcionais (dados quantitativos) para o “Total de trabalhadores ocupados no turismo do Brasil”;
- (b) Mapa de círculos proporcionais coropléticos (dados quantitativos e dados relativos ordenados) para o “Percentual de trabalho informal no turismo do Brasil”;

<sup>1</sup> De acordo com IPEA (2007), sete grupos de ACTs, ou seja, de serviços turísticos, representam o maior gasto dos turistas no Brasil: “Alojamento”, “Agência de viagem”, “Transportes”, “Aluguel de Transportes”, “Auxiliar de Transportes”, “Alimentação” e “Cultura e Lazer” e é, a partir delas, que o IPEA estrutura suas pesquisas e disponibiliza dados sobre o mercado de trabalho no turismo do Brasil. As atividades de “Transportes” agrupam as ocupações nas empresas que oferecem serviços de deslocamento de longa distância, em escala regional, nacional e internacional, enquanto que as atividades de “Aluguel de Transportes” e “Auxiliar de Transportes” agrupam ocupações referentes aos serviços de transportes locais, de deslocamentos curtos feitos pelos turistas na própria localidade turística ou em seu entorno imediato. Entre esses dois serviços locais, há outra distinção feita pelo IPEA, que diz respeito à natureza do trabalho exercido, ou seja, em “Aluguel de Transportes” agrupam-se ocupações administrativas referentes à locação de veículos e outros meios de transporte, enquanto que em “Auxiliar de Transportes” agrupam-se ocupações exercidas por trabalhadores que conduzem os turistas, como motoristas, pilotos, etc. Nas análises sobre a mão-de-obra relativas às ACTs no Brasil, o IPEA contou com dados das seguintes pesquisas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Brasil: a “Relação Anual de Informações Sociais” (Rais) e o “Cadastro Geral de Empregados e Desempregados” (Caged), além de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): a “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios” (Pnad) e a “Pesquisa Anual de Serviços” (PAS).

<sup>2</sup> <http://philcarto.free.fr>.

- (c) Mapa de semicírculos proporcionais com duas variáveis (dados quantitativos) para a “Proporção de trabalho formal e informal no turismo do Brasil”.

De início, neste artigo, apresentam-se alguns fundamentos teóricos do planejamento turístico, bem como uma breve caracterização das regiões geográficas do Brasil. Em seguida, os resultados da análise estão apresentados em duas partes: uma que descreve a estrutura do trabalho no turismo do Brasil de acordo com os tipos de serviços turísticos, bem como outra que apresenta a distribuição espacial do trabalho formal e informal no turismo do Brasil, numa repartição por unidades federativas (Estados). Por fim, uma parte final única destaca as conclusões derivadas da análise regional, bem como trás considerações sobre os limites impostos à produção do turismo advindos da informalidade do trabalho, além de sugerir possibilidades de superação destas limitações como contributos ao planejamento turístico brasileiro.

## 2. Análise regional como contributo geográfico ao planejamento do turismo no Brasil

O Brasil é uma federação composta por 26 Estados, além do Distrito Federal, que estão agrupados em cinco regiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste –, de acordo com critérios geográficos, ou seja, por possuírem, cada uma delas, características naturais e sociais próprias, que também as distinguem entre si. Concebidas para o planejamento territorial, a regionalização do IBGE se aplica às interpretações estatísticas, à implantação de sistemas de gestão pública e à orientação de políticas públicas nas diferentes estâncias governamentais.

O conhecimento da distribuição espacial do trabalho e das condições objetivas de trabalho serve como subsídio ao planejamento turístico, orientando

o Estado e o capital no sentido de uma produção turística de fato aplicada ao desenvolvimento econômico e social dos lugares receptores de turistas e, notadamente, dos indivíduos que vivem nesses lugares trabalhando em empresas prestadoras de serviços. Como afirma Boullón (1997), o planejamento turístico é consequência de uma decisão social anterior sobre os tipos de uso, atividades e classes de turismo que se quer. De acordo com Murphy (1985: 156), o planejamento turístico se preocupa em “antecipar e regular a mudança em um sistema, para que se possa promover o crescimento ordenado com a finalidade de aumentar os benefícios sociais, econômicos e ambientais do processo de desenvolvimento”.

Assim como os demais setores da economia, o turismo no Brasil apresenta uma distribuição espacial desigual, com forte concentração de serviços e ocupações no Sudeste, a região mais populosa (80 milhões de habitantes) e desenvolvida do país. As praias do Rio de Janeiro e o turismo de negócios em São Paulo e o patrimônio histórico de Minas Gerais dividem o interesse da maioria dos turistas que vão à região mais visitada do Brasil. Por sua vez, o Nordeste, apesar dos baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, é a segunda região mais populosa do país (53 milhões) e apresenta relevância para o turismo brasileiro, especialmente em função das praias (mais de 3 mil quilômetros) e das históricas cidades coloniais, como Salvador na Bahia e Olinda em Pernambuco. Também bastante subdesenvolvido, o Norte, a mais extensa e a menos populosa das regiões brasileiras (15 milhões), atrai turistas especialmente por causa da “Amazônia”, o bioma florestal que ocupa grande parte do Norte do Brasil.

No Centro-Oeste, região interiorana, também menos populosa (13 milhões), mas com melhor nível de desenvolvimento associado à modernização agrícola, o turismo de base ecológica encontra importância no “Pantanal”, um bioma de terras baixas e alagáveis que atrai pescadores esportivos e ecoturistas, como no município de Bonito no Mato Grosso do Sul. Brasília (Distrito Federal), localizada no Centro-Oeste, além de capital do país e impor-

tante pólo econômico regional, tem em seu Plano Piloto, na cidade planejada, um importante atrativo turístico por causa da concepção modernista do plano urbano e das obras arquitetônicas.

Melhor desenvolvido, como o Sudeste e partes do Centro-Oeste, o Sul, menor região brasileira em superfície, mas com 27 milhões de habitantes, tem no turismo regional um importante setor econômico, pela visita de turistas vindos dos países vizinhos, como as levas de argentinos que anualmente vão às praias de Santa Catarina. Pequenas cidades serranas, como Gramado e Canela no Rio Grande do Sul, originadas da imigração européia, são o destino de turistas de inverno no Sul do Brasil, em busca do frio, das neves ocasionais e do ambiente pitoresco<sup>3</sup>.

### 3. Estrutura do trabalho formal e informal no turismo do Brasil

A partir dos dados disponibilizados pelo IPEA (2007) identificamos a dimensão e o crescimento do número total de ocupados no turismo do Brasil entre 2002 e 2006, bem como analisamos sua composição, ou seja, uma repartição por setores de serviços. Os dados mostram um crescimento progressivo das estimativas sobre o trabalho no turismo do Brasil no período (2002-2006), totalizando um incremento de 14,39% no número total de ocupados. Em 2002, cerca de 1.634.202 pessoas ocupavam postos de trabalho formais e informais nos serviços turísticos, enquanto que, em 2006, as estimativas indicaram um total de 1.869.437 ocupações (Figura 1; Quadro 1).

Para esse aumento no total de ocupações entre 2002 e 2006, o crescimento das ocupações informais contribuiu mais do que o crescimento das ocupações formais. Enquanto as estimativas de ocupações formais cresceram 12,25% (passando de 683.717 em 2002 para 767.600 em 2006), as estimativas de ocupações informais cresceram 15,93% (passando de 950.411

<sup>1</sup> Para uma melhor compreensão da Geografia do Brasil, consultar Santos e Silveira (2001).

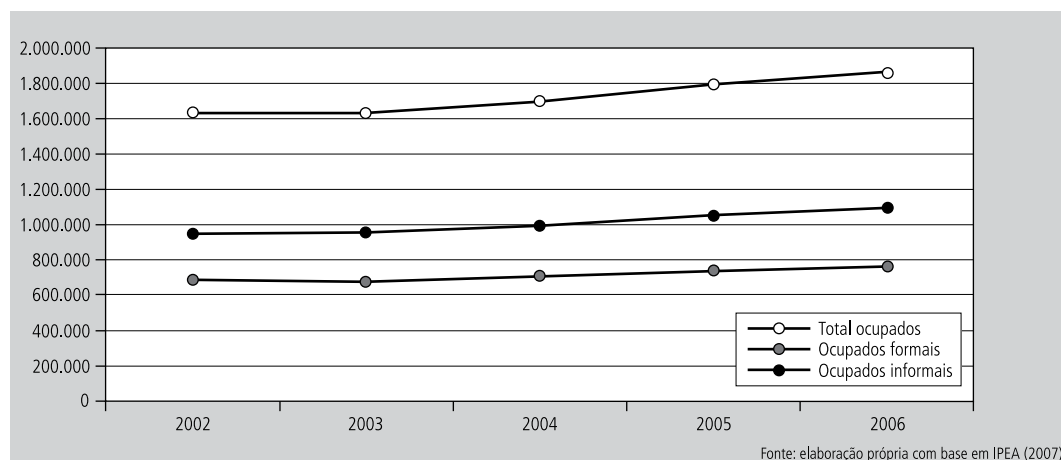


Figura 1 | Brasil: Número de ocupados no turismo do Brasil entre 2002 e 2006.

Quadro 1 | Brasil: número de ocupados no turismo entre 2002 e 2006

Ano	Total de ocupados	Formais	Informais
2002	1.634.198	683.787 <i>41,85% do total</i>	950.411 <i>58,15% do total</i>
2003	1.639.19 <i>+ 0,30% que 2002</i>	677.946 <i>- 0,85% que 2002</i> <i>41,36% do total em 2003</i>	961.246 <i>+ 1,14% que 2002</i> <i>58,64% do total em 2003</i>
2004	1.708.250 <i>+ 4,21% que 2003</i>	712.197 <i>+ 5,05% que 2003</i> <i>41,70% do total em 2004</i>	996.053 <i>+ 3,62% que 2003</i> <i>58,30% do total em 2004</i>
2005	1.799.617 <i>+ 5,34% que 2004</i>	746.162 <i>+ 4,76% que 2004</i> <i>41,47% do total em 2005</i>	1.053.455 <i>+ 5,76% que 2004</i> <i>58,53% do total em 2005</i>
2006	1.869.437 <i>+ 3,87% que 2005</i> <i>+ 14,39% que 2002</i>	767.600 <i>+ 2,87% que 2005</i> <i>+ 12,25% que 2002</i> <i>41,06% do total em 2006</i>	1.101.837 <i>+ 4,59% que 2005</i> <i>+ 15,93% que 2002</i> <i>58,94% do total em 2006</i>

Fonte: elaboração própria com base em IPEA (2007).

para 1.101.837). Das 1.869.437 ocupações no turismo estimadas em 2006, 1.101.832 foram identificadas como informais, ou seja, 58,94% dos trabalhadores no turismo do Brasil não possuíam vínculos formais de emprego. Apesar do crescimento do número total de ocupados (um acréscimo estimado em mais de 200 mil empregos entre 2002 e 2006), a proporção de trabalhadores informais manteve-se na faixa dos 58% durante todo o período. O que se constata é que o número de empregos do turismo cresceu no país sem, entretanto, modificar sua estrutura precária de relações trabalhistas.

Os serviços de “Transportes” foram os que reuniram a maioria das ocupações estimadas em 2006, quase 40% do total de ocupados, ou seja, 747.448 indivíduos desempenhavam ocupações dessa natureza (Figura 2; Quadro 2).

Outros dois serviços característicos do turismo, “Alimentação” e “Alojamento”, também reuniram um número significativo de ocupações estimadas, com centenas de milhares de empregos em 2006: 625.986 (33,49%) e 246.274 (13,17%) respectivamente. Em conjunto, esses três serviços foram responsáveis por 86,64% das ocupações em 2006,

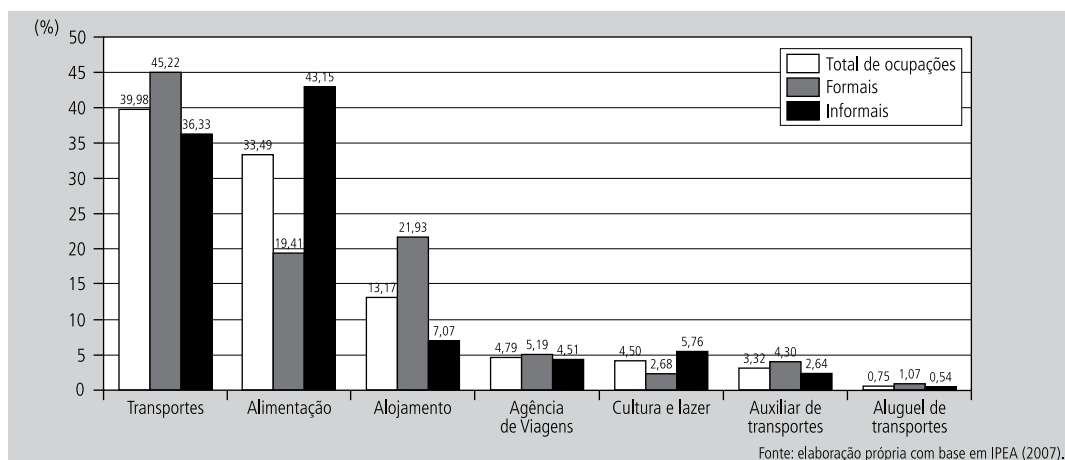


Figura 2 | Brasil: Participação relativa das ocupações no turismo em 2006.

Quadro 2 | Brasil: número de ocupados estimados por tipo de serviço em 2006

ACTs	Total de ocupados	Formais	Informais
Transportes	747.448 <i>39,98% dos ocupados</i>	347.129 <i>45,22% dos formais</i> <i>46,44% em transportes</i>	400.319 <i>36,33% dos informais</i> <i>53,55% em transportes</i>
Alimentação	625.986 <i>33,49% dos ocupados</i>	150.515 <i>19,61% dos formais</i> <i>24,04% em alimentação</i>	475.471 <i>43,15% dos informais</i> <i>75,95% em alimentação</i>
Alojamento	246.274 <i>13,17% dos ocupados</i>	168.363 <i>21,93% dos formais</i> <i>68,36% em alojamento</i>	77.911 <i>7,07% dos informais</i> <i>31,63% em alojamento</i>
Agência de viagem	89.572 <i>4,79% dos ocupados</i>	39.864 <i>5,19% dos formais</i> <i>44,50% em agência de viagem</i>	49.708 <i>4,51% dos informais</i> <i>55,50% em agência de viagem</i>
Cultura e lazer	84.052 <i>4,50% dos ocupados</i>	20.581 <i>2,68% dos formais</i> <i>24,48% em cultura e lazer</i>	63.471 <i>5,76% dos informais</i> <i>75,52% em cultura e lazer</i>
Auxiliar de transportes	62.033 <i>3,32% dos ocupados</i>	32.973 <i>4,30% dos formais</i> <i>53,15% em auxiliar de transportes</i>	29.060 <i>2,64% dos informais</i> <i>48,85% em auxiliar de transportes</i>
Aluguel de transportes	14.072 <i>0,75% dos ocupados</i>	8.175 <i>1,07% dos formais</i> <i>58,09% em aluguel de transportes</i>	5.897 <i>0,54% dos informais</i> <i>41,91% em aluguel de transportes</i>
Totais	1.869.437	767.600	1.101.837

Fonte: elaboração própria com base em IPEA (2007).

num total estimado de 1.619.708 trabalhadores, ou seja, os serviços de “Transportes”, “Alimentação” e “Alojamento” concentraram o trabalho no turismo do Brasil. Apesar de menos expressivos, os demais serviços reuniram, cada uma delas, dezenas de milhares de ocupações: “Agência de viagem” (89.572), “Cultura e Lazer” (84.052), “Auxiliar de transportes” (62.033) e “Aluguel de transportes” (14.072).

Os serviços de “Alimentação” e “Cultura e Lazer” são os que apresentaram os maiores percentuais de informalidade, ultrapassando os 70%: eram respectivamente 400.319 e 63.471 trabalhadores informais nestes serviços em 2006. Apesar das ocupações em “Alojamento” serem as menos afetadas pela informalidade (31,63%), o número de informais é bastante significativo: 77.911 profissionais foram

estimados nessa condição em 2006. Em “Transportes” e em “Agências de Viagem”, a proporção de informais ultrapassa os 50%, implicando num número muito grande de trabalhadores nessa condição, em função do elevado número de ocupações totais em “Transporte”. Eram mais de 400 mil informais estimados em “Transportes” e mais de 60 mil nessa mesma condição em “Agências de Viagem”. Os demais serviços, “Auxiliar de Transportes” e “Aluguel de Transportes”, também estavam fortemente marcados pela informalidade em 2006: respectivamente 48,85% (29.060) e 41,91% (5.897).

#### 4. Distribuição espacial do trabalho formal e informal no turismo do Brasil

Considerando a distribuição espacial do trabalho no turismo por Unidades Federativas, cinco Estados possuíam em 2006 mais de 100 mil ocupados formais e informais: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco (Figura 3). Em conjunto, esses Estados tiveram mais de 1 milhão dos pouco mais de 1,8 milhões de ocupados estimados no Brasil, ou seja, mais de 53%.

São Paulo foi o Estado com maior número de ocupados estimados em 2006: foram 363.413 (44,38% do Sudeste e 19,44% do Brasil). O Rio de Janeiro teve estimados 199.330 ocupados, correspondentes a 24,34% das ocupações do Sudeste e 10,66 % das ocupações do país. Minas Gerais, o 3º Estado em número de ocupados totais estimados, contou 197.117 ocupações (24,07% do Sudeste e 10,54% do Brasil). Bahia (140.558 ocupações) e Pernambuco (106.892) completam o grupo dos cinco Estados que tiveram mais de 100 mil ocupados estimados no turismo em 2006. Os mais de 140 mil ocupados na Bahia correspondiam a 27,17% dos ocupados do Nordeste e a 7,52% dos ocupados do Brasil. Em Pernambuco, os 106.892 ocupados diziam respeito a 20,66 % das ocupações no Nordeste e a 5,72 % das ocupações no Brasil naquele ano.

Os três Estados da região Sul do Brasil apresentaram número totais estimados bastante próximos dos 100 mil ocupados: Paraná (96.971 ocupados, 34,99 % do Sul, 5,19% do Brasil), Rio Grande do Sul (96.755 ocupados, 34,91% do Sul, 5,18% do Brasil), Santa Catarina (83.413 ocupados, 30,10% do Sul, 4,46% do Brasil). Três Estados apresentaram números estimados de ocupados em serviços turísticos pouco acima de 50.000 trabalhadores: Ceará

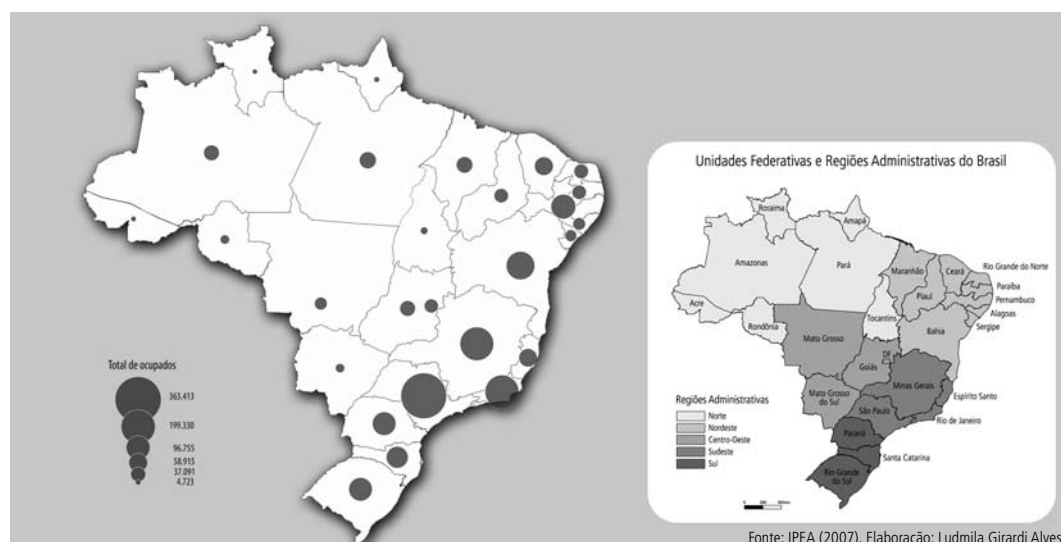


Figura 3 | Brasil: Total de trabalhadores ocupados no turismo por Estado em 2006.

(60.934 ocupados, 11,78% do Nordeste e 3,26% do Brasil); Espírito Santo (58.915 ocupados, 7,21% do Sudeste e 3,15% do Brasil); Pará (50.254, 37,24% do Norte, 2,69% do Brasil).

Maranhão, Amazonas e Goiás apresentaram respectivamente os seguintes contingentes de ocupados: 47.326, 43.001 e 42.845. De todo modo, as parcelas de participação de cada um desses Estados são relativamente pouco significativas no montante de ocupações estimadas para o Brasil como um todo, em torno de 2%. Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Mato Grosso, Alagoas, Sergipe, bem como o Distrito Federal, apresentaram estimativas que variaram entre 20 e 40 mil, com participações relativas entre 1 e 2% das ocupações estimadas para o país. Com números relativos bastante incipientes, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Amapá, Acre e Roraima, apresentaram números estimados abaixo das 20 mil ocupações, representando cada um deles menos de 1% das ocupações no turismo do Brasil.

Classificados de acordo com a proporção de informalidade, apenas o Distrito Federal e os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro apresentaram percentuais de informalidade abaixo dos 50% em suas respectivas unidades territoriais (Figura 4; Quadro 3).

Rio de Janeiro e Distrito-Federal apresentaram percentuais de informalidade muito semelhantes (46,63% e 46,65% respectivamente), mas considerando que o Rio de Janeiro é o 2º em número total de ocupações, sua contribuição para o montante de informais no Brasil foi muito mais significativa do que a do Distrito Federal. Foram mais de 92 mil ocupados informais estimados para o Rio de Janeiro em 2006, contra pouco mais de 16 mil no Distrito Federal. O mesmo se aplica a São Paulo, e de modo mais contundente, pois este Estado, que concentra o trabalho no turismo do país, apresentou uma taxa de informalidade de 49,44%, ou seja, mais de 179 mil trabalhadores.

Em termos relativos, a condição da informalidade é mais submetida aos trabalhadores nas regiões Nordeste e Norte, onde estão os Estados com maiores taxas de informalidade, acima de 75%: Piauí, Paraíba, Roraima, Maranhão, Pará e Tocantins. Apesar de não serem os Estados com maiores contingentes de ocupados, em conjunto, o total de informais destes seis Estados ultrapassou os 140 mil indivíduos.

Amazonas, Amapá, Rondônia, Ceará, Pernambuco e Sergipe apresentaram percentuais de informalidade

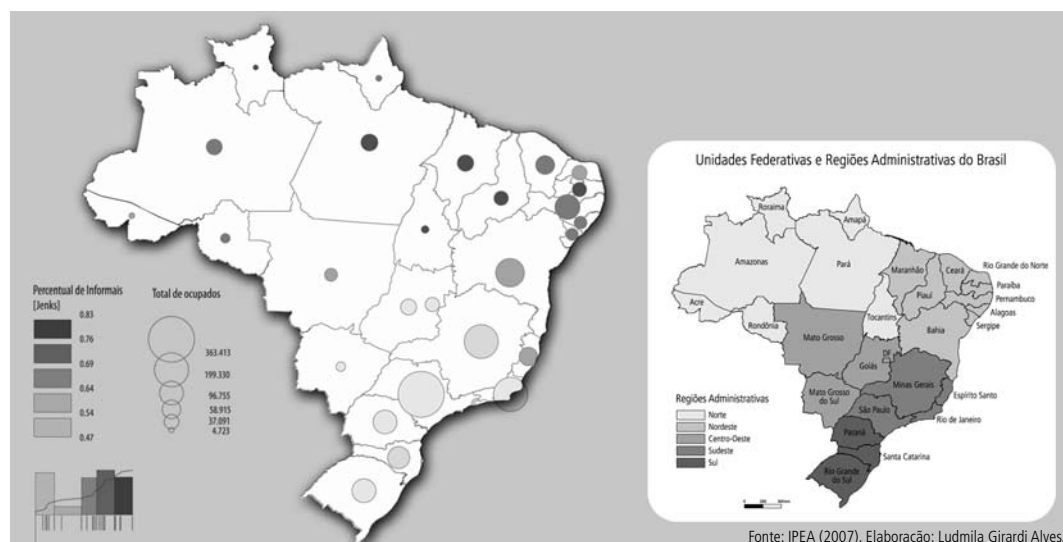


Figura 3 | Brasil: percentual de trabalho informal no turismo por Estado em 2006.



**Quadro 3** | Brasil: número de ocupados estimados no turismo, formais e informais, com seus respectivos percentuais por Estado (2006)

Estado	Ocupados	Formais	% de formais	Informais	% de informais
1. São Paulo	363.413	183.734	50,66 %	179.679	49,44 %
2. Rio de Janeiro	199.330	106.402	53,37 %	92.928	46,63 %
3. Minas Gerais	197.117	86.005	43,63 %	111.112	56,37 %
4. Bahia	140.558	43.817	31,17 %	96.741	68,83 %
5. Pernambuco	106.892	30.905	28,91 %	75.987	71,09 %
6. Paraná	96.971	47.912	49,41 %	49.059	50,59 %
7. Rio Grande do Sul	96.755	47.367	48,96 %	49.388	51,04 %
8. Santa Catarina	83.413	38.666	46,35 %	44.747	53,65 %
9. Ceará	60.934	17.124	28,10 %	43.810	71,90 %
10. Espírito Santo	58.915	20.178	34,25 %	38.737	65,75 %
11. Pará	50.254	11.953	23,79 %	38.301	76,21 %
12. Maranhão	47.326	11.129	23,52 %	36.197	76,48 %
13. Amazonas	43.001	11.828	27,51 %	31.173	72,49 %
14. Goiás	42.845	21.194	49,47 %	21.651	50,53 %
15. Rio Grande do Norte	37.091	13.437	36,22 %	23.654	63,78 %
16. Piauí	36.060	6.210	17,22 %	29.850	82,78 %
17. Paraíba	35.851	7.747	21,61 %	28.104	78,39 %
18. Distrito Federal	34.619	18.469	53,35 %	16.150	46,65 %
19. Mato Grosso	28.555	9.162	32,08 %	19.393	67,92 %
20. Alagoas	28.002	8.550	30,53 %	19.452	69,47 %
21. Sergipe	24.647	7.306	29,64 %	17.341	70,36 %
22. Rondônia	15.489	4.345	28,05 %	11.144	71,95 %
23. Mato Grosso do Sul	15.187	7.339	48,32 %	7.848	51,68 %
24. Tocantins	10.021	2.397	23,92 %	7.624	76,08 %
25. Amapá	6.023	1.662	27,59 %	4.361	72,41 %
26. Acre	5.440	1.728	31,76 %	3.712	68,24 %
27. Roraima	4.723	1.034	21,89 %	3.689	78,11 %
BRASIL	1.869.437	767.600	41,07 %	1.101.837	58,93 %

Fonte: elaboração própria com base em IPEA (2007).

entre 70 e 75%, contribuindo significativamente no total de informais brasileiros, notadamente Pernambuco e Ceará, unidades federativas com importantes números de ocupados em serviços do turismo. Pernambuco, que foi o 5º Estado com maior número de ocupados estimados no Brasil (com mais de 106 mil ocupações) apresentou uma taxa de informalidade de 71,09%, ou seja, 75.937 trabalhadores do turismo de Pernambuco exerceram suas funções sem vínculos formais de trabalho em 2006. O Ceará, com mais de 60 mil ocupados, teve um percentual de informalidade de 71,9%, ou seja, mais de 43 mil trabalhadores. Soma-se, a este contingente de informais, mais 72,49% dos ocupados do Amazonas (31.173), mais 72,41% do Amapá (4.361), mais 71,95% de Rondônia e mais 70,36% do Sergipe (17.341).

Os Estados de Alagoas, Bahia, Acre, Mato Grosso, Espírito Santo e Rio Grande do Norte apresentaram taxas de informalidade entre 60 e 70%. Considerando o número total de ocupados nestes Estados, a contribui-

ção é mais significativa na Bahia e no Espírito Santo. A Bahia, 4º Estado com maior número de ocupados em serviços turísticos no Brasil, teve estimadas 96.741 ocupações informais (68,83% de seus mais de 140 mil ocupados totais). No Espírito Santo foram estimadas mais de 38 mil ocupações informais, pouco mais de 65% de seus 58.915 ocupados. Os contingentes de informais também foram importantes no Rio Grande do Norte (23.654), em Alagoas (19.452), no Mato Grosso (19.393) e no Acre (3.712). Os demais Estados da Federação apresentaram taxas de informalidade entre 50 e 60%, contribuindo significativamente no total de informais do país, em função do elevado número de ocupados em alguns destes Estados: Minas Gerais 56,37% (111.112), Santa Catarina 53,65% (44.747), Mato Grosso do Sul 51,68% (7.848), Rio Grande do Sul 51,04% (49.388) e Goiás 50,53% (21.651).

Como a informalidade é muito grande nos serviços do turismo em todo o Brasil, quase sempre acima dos 50%, aqueles Estados com maior número

de ocupados tendem a ter também o maior número de informais (Figura 5). Os cinco Estados com maior número de ocupados informais estimados são os mesmos que apresentaram os maiores números de ocupados totais: São Paulo (179.679), Minas Gerais (111.112), Bahia (96.741), Rio de Janeiro (92.928) e Pernambuco (75.987). O que difere é a ordem em que aparecem nesta classificação do número de informais, pois o Rio de Janeiro, 2º Estado em número de ocupados totais em serviços turísticos no Brasil, apresentou um número menor de ocupados informais do que os Estados de Minas Gerais e Bahia.

Os Estados sulinos (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), mais o Estado do Ceará, são os que seguem os cinco primeiros em número de ocupados informais, assim como seguiram na classificação referente ao número total de ocupados. Apenas uma inversão de posição, pois o Rio Grande do Sul apresentou um número estimado maior de informais do que o número estimado para o Paraná. Com mais de 40 mil informais estimados, cada um dos quatro Estados (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Ceará) contribuiu com cerca de 4% no total de ocupações informais em serviços turísticos no Brasil em 2006.

Em seguida, contribuíram mais na participação de informais no turismo do Brasil: Espírito Santo

(3,52%), Pará (3,48%), Maranhão (3,29%), Amazonas (2,83%), Paraíba (2,55%) e Rio Grande do Norte (2,15%), ou seja, são Estados que apresentaram números de informais entre 23 mil e 38 mil ocupados estimados. Apesar da diminuta participação relativa (entre 2 e 4%), a soma do número de ocupados informais estimados, em cada um destes Estados, ultrapassa as 226 mil ocupações. Já Goiás com 21.651 ocupados informais, Alagoas com 19.452, Mato Grosso com 19.393, Sergipe com 17.341, Distrito Federal com 16.150 e Rondônia com 11.144, contribuíram para a totalidade dos informais estimados no turismo do Brasil em 2006, com percentuais que variaram entre 1 e 2%. Por fim, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Amapá, Acre e Roraima participaram com menos de 1 % dos trabalhadores informais do turismo no Brasil, com contingentes variando entre 3 mil e 8 mil ocupados informais.

## 5. Conclusões e considerações finais

O trabalho formal e informal no turismo do Brasil concentra-se nas regiões Sudeste (43,81%) e Nordeste (27,67%), ou seja, 71,48% dos ocupados

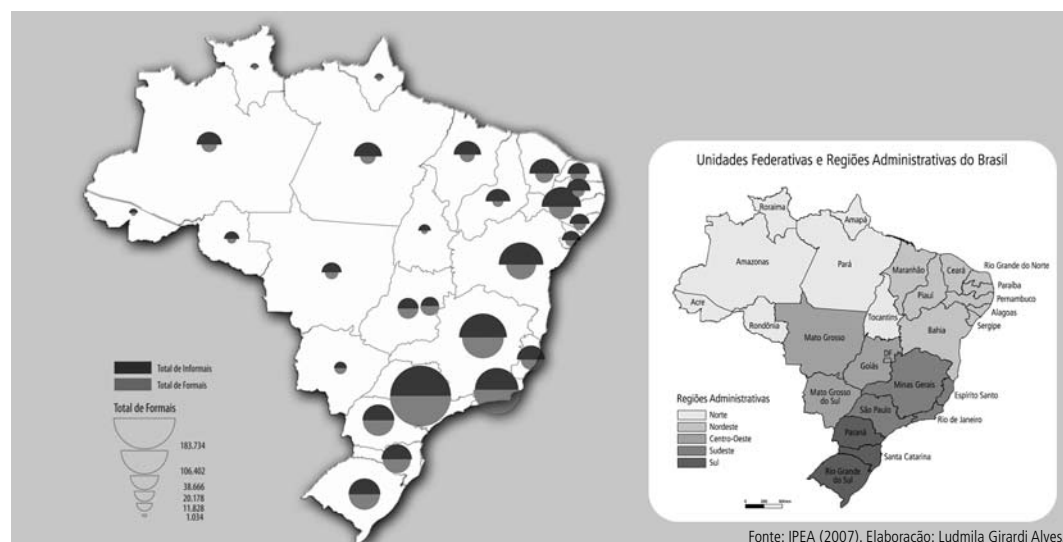


Figura 5 | Brasil: Proporção de trabalho formal e informal por Estado em 2006.

exerceram suas atividades nestas regiões em 2006 (cerca de 1,3 milhões de trabalhadores). Das demais regiões, o Sul se destaca com 14,82% das ocupações totais estimadas contra 7,22% na região Norte e 6,48% na região Centro-Oeste. Considerando a totalidade das ocupações nos serviços turísticos do Brasil, a região Sudeste é a que apresenta o maior número de trabalhadores formais do país: 396.319 (51,63% dos ocupados formais do Brasil). O Nordeste, apesar do elevado número de ocupados (mais de 517 mil), contribuiu com um percentual pouco significativo de trabalhadores formais (19,05% dos ocupados formais do Brasil), praticamente o mesmo percentual de formais da região Sul (17,45%) que, em 2006, possuía pouco mais da metade das ocupações totais que o Nordeste naquele mesmo ano (277.139 ocupados totais).

Apesar de possuir mais da metade dos trabalhadores formais do país, o Sudeste apresenta uma taxa de informalidade regional (51,6% do Sudeste, 422.456 informais) tão significativa quanto as outras regiões brasileiras. No Sul e no Centro-Oeste, a quantidade de trabalhadores informais ficou em torno de 50%, enquanto que no Norte e no Nordeste a situação se acentua, com as taxas de informalidade no trabalho ultrapassando os 70% (71,74% no Nordeste e 74,1% no Norte). Apesar das acentuadas diferenças regionais em termos de ocupações totais, observamos que a participação dos informais é superior à participação dos formais em todas as regiões brasileiras. Os serviços de “Transportes”, “Alimentação” e “Alojamento” são os que, em termos nacionais, empregam o maior contingente de trabalhadores. Todavia, apenas nos serviços de “Alojamento” e de “Aluguel de Transportes” é que as taxas de formalidade no emprego são superiores a 50%.

Os resultados da pesquisa, sobre a composição e a distribuição geográfica do trabalho no turismo no Brasil, permitiram identificar de antemão as elevadas taxas de informalidade a que está submetida a maioria dos trabalhadores, independente da região do país em que atuam. A informalidade é mais im-

portante no Norte e Nordeste, que são justamente as regiões menos desenvolvidas do país, aquelas que apresentam os piores indicadores sociais, alguns deles determinantes para a economia do turismo, como educação básica das populações ou disponibilidade de serviços de treinamento e pesquisa especializada para os trabalhadores (WEF, 2009). A diminuição da informalidade é possível a partir de regulamentações legais que levem em conta a inserção de trabalhadores na cadeia produtiva do turismo, por meio do favorecimento ao emprego formal de modo a não inviabilizar as empresas com cargas tributárias ou exigências legais excessivas.

Para além da superação da informalidade, outras pesquisas se abrem para pesquisadores do trabalho no turismo, como a nível de qualificação dos recursos humanos que pode assegurar o desenvolvimento do turismo e, nesse sentido, saúde, educação e treinamento são condições que um trabalhador deve ter para cumprir sua função fundamental na produção do turismo. Pesquisas reveladoras das condições de trabalho e de reprodução da vida dos trabalhadores, que possam contribuir para, como pregou Santos (2007: 39), “desfetichizar” o homem e o espaço, arrancar os símbolos que ocultam a verdade, “revalorizar o próprio homem, para que ele não seja mais tratado como valor de troca”.

## Referências Bibliográficas

- Archela, R. S., e Théry, H., 2008, *Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos*, Confins, [http://confins.revues.org/3483], (Site acedido a 30 dezembro 2011).
- Boullón, R., 1997, *Planificación del espacio turístico*, Trilhas, México.
- IPEA, 2007, *Estimativas mensais da ocupação formal e informal no setor turismo para o Brasil, regiões e Estados*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.
- Meliani, P. F., 2011, *Crítica à estética da mercadoria no turismo: dilemas da precarização do trabalho na produção do espaço de Itararé, litoral sul da Bahia*, Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, BR.
- Meliani, P. F., e Gomes, E., 2010, Contradições entre a importância do trabalhador e a precarização das relações de trabalho no turismo: notas primeiras de uma pesquisa de tese para doutoramento, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, N.º 13, Universidade de Aveiro, Aveiro, pp. 255-264.

MTur, 2011, *Anuário Estatístico de Turismo 2011*, Vol. 38, Ano base 2010, Ministério do Turismo do Brasil, Brasília.

Murphy, P. E., 1985, *Tourism: a community approach*, Metheun, New York.

Santos, M., 2007, *Pensando o espaço do homem*, 5ª ed., Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), São Paulo.

Santos, M., e Silveira, M. L., 2001, *O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI*, Editora Record, Rio de Janeiro.

UNWTO, 2011, *Tourism Highlights 2011 Edition*, World Tourism Organization, Madrid.

WEF, 2009, *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2009 – Managing in a Time of Turbulence*, World Economic Forum, Geneva.